

Desenvolver o ensino do Urbanismo: uma necessidade nacional,

Euronoticias, 30/09/2002 Parte I,

Euronoticias, 6/10/2002 Parte II

Mário Moutinho

É certamente verdade que no nosso País nunca se prestou muita atenção à relação entre as formações universitárias necessárias ao desenvolvimento e o cuidado que as universidades deveriam dedicar à percepção, ou mesmo antecipação, dessas mesmas necessidades.

Esta desregulação permite a saturação de diplomados em certas áreas científicas ou disciplinares, enquanto que noutras a falta de quadros é gritante e provoca danos que o País dificilmente poderá recuperar. Houve falta de visão ao deixar que se afunilasse a formação na área da saúde (falta de médicos, enfermeiros etc..) enquanto um número crescente de advogados, arquitectos, ou algumas engenharias vivem nas margens do desemprego ou dos “estágios” permanentes não remunerados.

Concomitantemente estes desacertos também se constata na ausência de formações que o País necessita e que as Universidades e os próprios Ministérios da Educação foram incapazes de, no (in)cumprimento das suas funções de planeamento estratégico do desenvolvimento, se revelaram sem competência para nisso pensar atempadamente

É o caso da formação e graduação de quadros no domínio do Urbanismo e do Ordenamento do Território, actualmente apenas assegurado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e pela Universidade de Aveiro. Aí se leccionam duas Licenciaturas que são manifestamente insuficientes para as necessidades que o desenvolvimento sustentável do País exige..

O caos urbanístico em que vivemos aí está para, entre outros aspectos do planeamento e ordenamento do território testemunhar o nosso atraso nestes domínios e também na articulação entre as necessidades de formação universitária e as políticas educativas em curso.

Segundo um estudo mandado elaborar pela nova Associação Profissional dos Urbanistas Portugueses, APROURB, faltam no País cerca de 4000 - quatro mil urbanistas - para “reparar” os estragos provocados por anos sucessivos de desleixo urbanístico pela aplicação de modelos caducos e, por acréscimo, para finalmente se começar a trabalhar de forma qualificada no planeamento urbano e territorial, com profissionais devidamente capacitados.²

Na realidade, seria um verdadeiro crime contra o País pensar que esses lugares poderiam ser preenchidos por arquitectos, engenheiros civis geógrafos ou outros, pois as suas formações são exactamente no domínio da arquitectura, da engenharia civil, da geografia, ..., e não no complexo e aliciante domínio do URBANISMO. Contrariamente ao que poderia parecer, esta visão dos problemas não é excludente destas formações, antes se opta por reconhecê-las e valorizá-las nas suas especificidades e complementaridades indispensáveis.

E se alguém tiver dúvidas, basta analisar as orientações do Conselho Europeu dos Urbanistas para tomar conhecimento dos conteúdos curriculares das formações de

² Utilizamos por princípio o termo *Urbanismo* devido a sua origem latina, tal como a nossa língua, (Urbanistica em italiano, Urbanisme em Francês, Urbanismo em Castelhana). “Planeamento Urbano” provem da utilização corrente nos Países anglófonos da expressão *Town planning*, apesar de cada vez mais nesses países aparecer o termo **Urbanism**, como na nova corrente que se desenvolve nos EUA denominada por *New Urbanism*. Não deixa de ser significativo que o novo Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, publicado em 2001, consagre os termos urbano urbanista, Urbanística, e outros no sentido que lhes é dado pelo Conselho Europeu dos Urbanistas e pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade na sua Caracterização das Profissões publicada em 1997.

urbanismo, e ver como as formações que referimos são profundamente diferentes do urbanismo, nos seus conteúdos e objectivos. O CEU, Conselho Europeu dos Urbanistas, é a associação internacional criada em 1979, interlocutora da Profissão junto das Instituições Europeias sendo reconhecida pelo Comité Económico e Social da União Europeia. Portugal está associado ao Conselho através da AUP como membro e instituição fundadora para o qual contribuiu em particular a dedicação, do Professor Costa Lobo à causa do Urbanismo. O papel do CEU foi, aliás, reconhecido como essencial para o desenvolvimento do URBANISMO EM PORTUGAL, nas conclusões do I Congresso Nacional de Urbanistas em Abril de 2000 na cidade de Lisboa.

Na promoção do ensino do Urbanismo labora também, por exemplo, a APERAU, Associação para a Promoção do Ensino e Investigação do Urbanismo, agrupando 25 Universidades em 18 países francófonos, e o Instituto Americano de Certificação de Urbanistas (AICP), nos Estados Unidos. Esta última instituição obriga, aliás, os candidatos à profissão de Urbanista a apresentarem diplomas universitários em que esteja mencionado expressamente o termo Urbanismo (urban planning) para evitar confusões, promover a transparência e o bom entendimento por parte dos empregadores. A Ordem dos Urbanistas do Quebeque tem igualmente uma postura de grande rigor profissional, seguindo regras muito estritas no reconhecimento do que na verdade se pode entender como uma formação superior de Urbanismo.

Para além destas merecem ainda referência outras instituições que têm como objectivo a promoção do ensino do Urbanismo e regulação da profissão.

A AESOP, Associação Europeia das Escolas de Urbanismo, fundada em Dortmund, em 1987, com o objectivo de representar os interesses das escolas de urbanismo europeias e promover o desenvolvimento do ensino e da investigação na área do planeamento regional e urbano. Tem actualmente 175 universidades afiliadas (incluindo a Universidade Lusófona e a Universidade de Aveiro) nas quais se leccionam cursos superiores nas áreas específicas do Urbanismo e do Planeamento do Território em geral.

A APSA, Associação Asiática das Escolas de Urbanismo, que é uma associação de escolas similar à AESOP, criada em 1993 em Hong Kong, agrupando universidades e institutos de Urbanismo da Coreia, Bangladesh, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Singapura, Sri-Lanka, Filipinas, Paquistão, República Popular da China, Taiwan, Tailândia e Vietname.

A ACPS, Association of Collegiate Schools of Planning, que é a principal associação Norte Americana de universidades leccionando na área do planeamento regional e urbano e dedicando-se ao progresso do ensino do planeamento urbano e regional.

Além destas instituições, existem também associações nacionais de urbanistas, muitas delas criadas no início do século XX: APA - American Planning Association, 1917; ICU - Institut Canadien des Urbanistes, 1919; RTPI - Royal Town Planning Institute, 1914; SFU - Société Française des Urbanistes, 1911. Finalmente, merece referência a Associação Internacional de Urbanistas que é a principal associação mundial de urbanistas, fundada em 1965 com o objectivo de reunir numa rede internacional, a título individual, os urbanistas com elevada qualificação profissional. É uma organização não-governamental e está reconhecida pela ONU, UNESCO e pelo Conselho da Europa.

Mas, em Portugal, continuam a tratar-se estes assuntos na franja do arremedo intelectual, promovendo a confusão para benefício de interesses corporativistas e agindo à revelia da seriedade científica, pedagógica e, de forma mais ampla, à revelia das mais elementares regras de deontologia.

Há entre nós cursos de “Arquitectura/Urbanismo”, “Engenharia do Ambiente e do Urbanismo”, “Arquitectura do Planeamento Urbanístico” e tantos mais, quanto aguenta a falta de informação (pelo menos) dos Conselhos Científicos que aprovaram tais confusões e das instâncias que os homologaram.

E isto apesar de sucessivos Ministérios da Educação terem vindo a lamentar a existência de centenas de cursos com denominações “atabalhoadas” e sem nexos, facto que todos reconhecerão, só provoca a confusão em alunos, pais de alunos, empregadores e sociedade em geral.

É tempo, pois, que o Ministério da Educação e as universidades dediquem ao urbanismo (a exemplo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e da Universidade de Aveiro) uma atenção esclarecida e urgente, a partir da qual, Portugal possa vir a dotar-se de uma classe de urbanistas, devidamente qualificados (licenciatura, mestrado, doutoramento e formação contínua) aptos a fazer frente, na mais ampla interdisciplinaridade, aos desafios do reordenamento urbanístico e da reabilitação territorial que o País tanto necessita.

Para concluir lembremos que, já em 1880, dizia Eça de Queiroz nas *Cartas de Inglaterra*: “Bom Deus, não! Eu não reclamo que o país escreva livros, ou faça arte: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas”.